

**Redução do número de desempregados deve ser vista com cautela**

---

**O que significa o aumento menor do Salário Mínimo para 2018?**

---

**Revisão da meta fiscal**

---

**Infraestrutura e crescimento**

---

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL**

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

**UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS**

[www.fiergs.org.br/economia](http://www.fiergs.org.br/economia)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Redução do número de desempregados deve ser vista com cautela

O IBGE divulgou na semana passada os dados da PNAD-Contínua, referentes ao segundo trimestre de 2017. Trata-se da pesquisa de maior abrangência existente no Brasil sobre o mercado de trabalho, que permite monitorar suas condições ao longo do tempo desde 2012.

A análise das estatísticas mais agregadas pode levar à falsa impressão de melhora dos indicadores. O número absoluto de desempregados do Brasil e do Rio Grande do Sul, por exemplo, diminuiu na passagem do primeiro para o segundo trimestre do presente ano. No âmbito nacional, esse contingente caiu de 14,2 milhões para 13,5 milhões, enquanto que no nosso estado houve redução de 560 mil para 512 mil. Ainda que não se leve em consideração os efeitos da sazonalidade do período, o fenômeno descrito acima não acontecia desde 2014.

Vale lembrar que o IBGE classifica como “ocupados” todos os trabalhadores com e sem carteira assinada, além dos que exercem atividade laboral por conta própria. A análise desses subconjuntos mostra algo preocupante: o número de pessoas empregadas no setor privado sem vínculo formal aumentou em 442 mil na mesma base de comparação, atingindo o maior valor desde 2013 (10,6 milhões). Por sua vez, os por conta própria cresceram de 22,1 milhões para 22,5 milhões. No RS, observou-se a mesma tendência, a partir do incremento de 26 mil para os sem carteira (total de 491 mil pessoas) e de 68 mil nos por conta própria,

somando ao todo 1,3 milhão. Esse total, inclusive, é o maior de toda a série histórica.

Como, em ambas as esferas geográficas, o avanço da população ocupada total foi inferior ao de pessoas sem vínculo formal de trabalho, o nível de informalidade subiu. O resultado é bastante indesejável do ponto de vista econômico, pois contribui para diminuir a produtividade e a arrecadação do governo, além de gerar impactos sociais negativos.

Outro aspecto que chama a atenção diz respeito ao Rio Grande do Sul possuir a segunda menor taxa de desocupação no *ranking* por Unidades da Federação (8,4%), somente atrás de Santa Catarina (7,5%) e bem inferior ao Brasil: 13,0%. Tal fato não se deve à melhor dinâmica econômica do nosso estado, mas sim a outras diferenças. A baixa procura dos imigrantes, o lento crescimento vegetativo, o nível mais alto de educação e de distribuição de renda na comparação com a média do Brasil ajudam a explicar esse resultado.

Infelizmente, o mercado de trabalho é a última etapa por onde a recuperação do nível de atividade se manifesta. Isso se deve à alta rigidez, o que acaba aumentando os custos de contratação e de demissão. Enquanto perdurar essa realidade, o consumo, motor principal da demanda agregada da economia, permanecerá crescendo muito aquém das necessidades.

## O que significa o aumento menor do Salário Mínimo para 2018?

O governo anunciou recentemente a revisão do crescimento do Salário Mínimo para 2018, de R\$ 979 para R\$ 969. A mudança ocorreu por conta da queda da projeção da inflação para 2017: à época da divulgação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, em abril de desse ano, admitia-se alta de 4,5% para o INPC em 2017, valor próximo da mediana das estimativas de mercado do Relatório FOCUS naquela ocasião. Agora a estimativa mais recente dos agentes de mercado para o INPC de 2017 é de 3,27%, perto da expectativa de reajuste de 3,4% do Mínimo (que deve passar dos atuais R\$ 937 para R\$ 969).

Vale lembrar que a regra de reajuste do Salário Mínimo considera o resultado do PIB de dois anos atrás (-3,6% em 2016) mais a inflação acumulada pelo INPC em 2017. Como houve recessão, a contribuição do nível de atividade para essa regra é zero. O governo, portanto, está apenas promovendo a readequação prevista dentro da legalidade vigente. O real valor só será conhecido em janeiro de 2018, quando o IBGE divulgar o resultado efetivo do INPC acumulado em 2017.

A economia esperada pelo governo decorrente dessa redução é de R\$ 3 bilhões, já que vários benefícios previdenciários e assistenciais estão atrelados ao

Mínimo. No entanto, esse montante é pequeno, sobretudo quando comparado ao novo *déficit* primário esperado pelo Governo Central em 2017, de R\$ 159 bilhões: R\$ 20 bi acima da previsão anterior.

O reajuste esperado para o Mínimo deverá ser superior ao crescimento do PIB em 2018 (+2,0%). Toda a vez que os ganhos salariais permanecem acima da geração de riquezas, a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a competitividade em relação aos demais países cai, algo que retarda ainda mais a retomada da economia.

A decisão também traz reflexos para o Rio Grande do Sul. Caso o aumento menor do Salário Mínimo se confirme, o Piso Regional do estado também deverá acompanhar a mesma tendência, atenuando o efeito da elevação dos custos de mão de obra para os empresários e trazendo algum alívio para cofres públicos estaduais.

O atual momento da economia é de rescaldo da crise mais intensa de sua história em mais de um século. Neste momento, o governo deveria adotar medidas que visem preservar as empresas e, por conseguinte, os empregos. A medida não beneficia nenhum dos mais 13 milhões de desempregados no território nacional. Pelo contrário: atua para protelar ainda mais o retorno desse contingente ao mercado de trabalho.

## Revisão da meta fiscal e o desajuste permanente

Na última semana, o Governo anunciou a revisão das metas fiscais para 2017 e 2018. A meta de déficit do Governo Central para este ano passou de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões. A nova meta para 2018, que já havia sido alterada em maio (passando de R\$ 79 para R\$ 129 bilhões), é igual à de 2017. Nota-se, portanto, uma “estabilidade” no déficit, visto que as metas são equivalentes ao resultado primário de 2016. Isso demonstra a dificuldade que o governo vem enfrentando para entregar o ajuste fiscal que a agenda econômica pede.

A grande justificativa por parte do governo para o não cumprimento da meta inicial está na frustração de receitas. De fato, na comparação com o mesmo período do ano passado (janeiro a junho), as receitas primárias apresentaram redução de 1,2%, em termos reais. O crescimento anêmico da economia brasileira não tem ajudado na arrecadação, e como o cumprimento da meta estava condicionado a receitas não recorrentes que não se realizaram de acordo com o projetado, a meta teve de ser revista. Por exemplo, esperava-se que o programa de regularização de ativos no exterior geraria cerca de R\$ 13 bilhões em receitas. No entanto registrou-se arrecadação de apenas R\$ 1,1 bilhão.

Outro fator que tem prejudicado a arrecadação do Governo Central é o atual processo de desinflação, gerando perda de R\$ 7,2 bilhões nos primeiros seis meses do ano. O governo estima que este número chegará a R\$ 19 bilhões ao final de 2017. Isso acontece

porque a projeção de arrecadação foi pautada em um cenário de 4,8% de inflação. Entretanto, o IPCA acumulado em doze meses está em 2,7%, e a expectativa é que se encerre 2017 em 3,5%.

A questão central no debate da revisão da meta é o tipo de ajuste que foi proposto pelo governo. A previsão otimista para as receitas foi um equívoco, na medida em que se condicionou o resultado primário a algo que estava fora do seu controle. Ser conservador na projeção de sua receita é um princípio básico na construção de qualquer orçamento. O ajuste, portanto, deve ser feito através de medidas de contenção de despesa. Ao analisar o comportamento dos gastos do governo, observa-se um esforço de redução nas despesas discricionárias, que se contraíram 16% em 2017, na mesma métrica das receitas. No entanto, estas despesas correspondem apenas 17,7% do total dos gastos do Governo Central e, portanto, tem impacto limitado.

As despesas obrigatórias é que devem ser atacadas, pois seguem crescendo em ritmo explosivo (3,4% no primeiro semestre de 2017). Os benefícios previdenciários, por exemplo, cresceram 6,9% somente em 2017! Nesse sentido, medidas que contenham estes gastos devem ser anunciadas o quanto antes. Todavia, a sua impopularidade sugere que é pouco provável que elas sejam conduzidas pelo atual governo. É cada vez maior a sensação de que o ajuste fiscal ficou para 2019.

## Infraestrutura e crescimento econômico no Brasil

A economia brasileira encontra-se relativamente estagnada desde a década de 1980. Saímos de uma média de crescimento anual do PIB per capita de 3,8% no período 1918-1980 para uma média de 0,7% entre 1980 e 2016. Boa parte deste problema é explicado pela estagnação na produtividade, que resulta na baixa competitividade da economia brasileira. Segundo o último *ranking* de competitividade do *World Economic Forum*, o Brasil ocupa a 81ª posição entre os 138 países analisados, ficando atrás de todos os Brics, e também de alguns países da América Latina como o Chile, a Colômbia, o México e o Uruguai.

Um dos grandes gargalos do crescimento brasileiro é a infraestrutura. Em relatório recentemente divulgado pelo FMI, observa-se que, desde os anos 1980, o investimento em infraestrutura caiu de 5% do PIB para pouco menos de 2%, o que seria insuficiente para pagar, até mesmo, os gastos com depreciação. As economias emergentes de crescimento rápido tendem a gastar entre 5% e 7% do PIB.

Uma das razões para a redução no investimento em infraestrutura é a queda na participação do investimento do setor público, que correspondia a 3,82% do PIB em 1980, se reduzindo para 0,89% em 2015. Nesse período, o investimento privado em infraestrutura se

manteve relativamente estável, em torno de 1,1% do PIB. Ou seja, o investimento público caiu e o privado não foi capaz de compensar a queda.

Esse fato pode suscitar a interpretação equivocada de que o aumento do gasto público em infraestrutura é a solução. No entanto, a experiência recente do PAC, que sofreu com projetos mal executados, falhas de gestão e atrasos, mostra que tal modelo é muito ineficiente para ser reconduzido, ainda mais no cenário atual de grave crise fiscal. Em função da dificuldade de se discutir os gastos obrigatórios, há uma pressão crescente sobre os gastos discricionários, em particular, sobre os investimentos.

A solução para este gargalo passa por atrair o investimento privado para o setor, ocupando assim o espaço deixado pelo setor público. Para isso, é importante criar um ambiente institucional favorável, que reduza o risco para o investidor privado. Nesse sentido, é necessário que os contratos de concessão sejam mais completos, protegidos de eventuais comportamentos oportunistas por qualquer uma das partes. Para que o Brasil tenha uma trajetória de crescimento sustentável, é fundamental que o estoque de infraestrutura seja ampliado, bem como a qualidade do serviço seja aperfeiçoada.